

## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO 2014/001**

**PROCESSO Nº. AD – 043/2014**

**DATA: 19/05/2014**

### **Pedidos de Esclarecimentos**

A Comissão Especial de Licitação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES, no uso de suas atribuições como coordenadora do presente Credenciamento, disponibiliza os pedidos de esclarecimentos formulados pelo interessados acerca do edital com as devidas respostas:

#### **Questionamento 1**

Já sendo este escritório contratado do Bandes desde 06/07/2011 para prestação dos mesmos serviços objeto do edital, com ajuizamento, no período, de .....ações de execução de título extrajudicial (comprovantes no NUCON), atendendo, por decorrência, plenamente, a exigência de experiência profissional mínima de 03 anos de natureza contenciosa em matéria bancária atuando em favor de instituições financeiras, faz-se, ainda assim, necessária a apresentação das certidões cartorárias exigidas no item 3.3.6?

#### **Resposta 1**

**Em que pese a constatação de que o escritório é capaz de preencher o requisito constante no item 3.3.6, será necessária a apresentação de novas certidões.**

#### **Questionamento 2**

Já tendo sido apresentados os documentos exigidos nos itens 3.3.3 e 3.3.9 por ocasião da renovação do referido contrato de prestação de serviços advocatícios, havida agora em 02/07/2014 (comprovação no NUCON), faz-se, ainda assim, necessária nova emissão desses documentos pela OAB para apresentação a essa comissão?

#### **Resposta 2**

**Será necessária nova emissão dos documentos.**

#### **Questionamento 3**

Analisando o edital de credenciamento 2014/001 (Contratação de sociedade de advogados), me deparei com dúvidas a respeito dos itens 3.35, 3.36, e 3.37, mais especificamente no que tange ao trecho *“comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes”*. Isto porque não ficou claro a forma de comprovação. Pelo texto, entende-se que seria por certidão expedida pelo cartório, todavia, tal certidão – além de demandar muito tempo, em vista a grande carga de trabalho na Justiça Estadual – pode atrasar a apresentação dos documentos e não alcançar a finalidade almejada.

Pretendo participar de todas as modalidades, mas creio que solicitar cerca de 35 (trinta e cinco) certidões poderá demandar tempo exageradamente maior que o prazo máximo para recebimento dos envelopes de credenciamento.

Por tanto, indago se a comprovação a experiência poderá ser feita com cópia de procurações, substabelecimento (com sua autenticação mecânica ou etiqueta e protocolo) ou audiências, cumulada com andamento processual contendo dados (Vara, Numero do Processo, Partes)?

### **Resposta 3**

As redações dos itens 3.3.5, 3.3.6 e 3.3.7 serão alteradas para:

- 3.3.5 Prova de, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza contenciosa em matéria bancária, atuando em favor de instituições financeiras, para credenciamento na MODALIDADE 2, SUBMODALIDADE A, exceto a de natureza bancária trabalhista, considerada a distribuição de no mínimo 5 (cinco) ações a cada período de um ano, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes ou mediante encaminhamento de cópia autenticada da petição inicial ou peça de defesa protocolada em juízo e respectiva procuração, referente a cada processo.
- 3.3.6 Prova de, no mínimo, 3 (três) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza contenciosa em matéria bancária, atuando em favor de instituições financeiras, para credenciamento na MODALIDADE 2, SUBMODALIDADE B, exceto a de natureza bancária trabalhista, considerada a distribuição de no mínimo 5 (cinco) ações a cada período de um ano, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes, ou mediante encaminhamento de cópia autenticada da petição inicial ou peça de defesa protocolada em juízo e respectiva procuração, referente a cada processo.
- 3.3.7 Prova de, no mínimo, 3 (três) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza trabalhista na MODALIDADE 1, atuando em favor do empregador, considerado o acompanhamento de no mínimo 5 (cinco) ações a cada ano, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes ou mediante encaminhamento de cópia autenticada da peça de defesa protocolada em juízo e respectiva procuração, referente a cada processo.

### **Questionamento 4**

Seria possível nos informar as quantidades relacionadas ao estoque e entradas mensais de ações?

#### **Resposta 4**

Conforme o Núcleo de Contencioso do BANDES, não temos como precisar a entrada mensal de ações.

Conforme histórico do último ano, foram distribuídas 223 ações de execução, 1 ação monitória e 17 ações contrárias.

Neste ano, temos aproximadamente 100 ações que aguardam o término do credenciamento para serem distribuídas aos novos escritórios.

Atualmente, existem cerca de 1225 processos em andamento.

#### **Questionamento 5**

1) Quantos escritórios serão contratados?

2) As ações em andamento serão migradas para os escritórios contratados?

#### **Resposta 5**

Serão contratados todos os escritórios que atenderem às exigências formuladas no edital.

Apenas as aproximadamente 170 ações em andamento, que são atualmente conduzidas pelo corpo jurídico interno do BANDES, serão migradas.

#### **Questionamento 6**

Nos termos do Edital em questão, o envelope para habilitação deve conter:

“3.3.5 Prova de, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza contenciosa em matéria bancária, atuando em favor de instituições financeiras, para credenciamento na MODALIDADE 2, SUBMODALIDADE A, exceto a de natureza bancária trabalhista, considerada a distribuição de no mínimo 5 (cinco) ações a cada período de um ano, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes;

3.3.6 Prova de, no mínimo, 3 (três) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza contenciosa em matéria bancária, atuando em favor de instituições financeiras, para credenciamento na MODALIDADE 2, SUBMODALIDADE B, exceto a de natureza bancária trabalhista, considerada a distribuição de no mínimo 5 (cinco) ações a cada período de um ano, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes;

3.3.7 Prova de, no mínimo, 3 (três) anos de experiência profissional de pelo menos um dos sócios da Sociedade de Advogados na prestação de serviço de natureza trabalhista na MODALIDADE 1, atuando em favor do empregador, considerado o acompanhamento de no mínimo 5 (cinco) ações a cada ano, comprovadas através de certidão judicial de cartório dos juízos competentes;”

Considerando que esta Sociedade pretende se credenciar para a prestação de serviços em todas as modalidades e submodalidades previstas (Modalidade 1 e Modalidade 2, Submodalidade A e B), questiona-se:

1 – Com relação à comprovação de experiência profissional para credenciamento na Modalidade 1:

- a) O que se considera “acompanhamento de no mínimo de 5 (cinco) ações a cada ano”?
- b) Tendo em vista que um mesmo processo pode tramitar ao longo de vários anos, uma mesma ação pode ser utilizada para comprovar o “acompanhamento” do processo pelo advogado durante o período mínimo exigido (3 anos)? Ou o advogado deve comprovar o acompanhamento de 5 ações distintas para cada ano de experiência profissional?

2 - Com relação à comprovação de experiência profissional para credenciamento nas Submodalidades A e B da Modalidade 2:

- a) Uma vez que a exigência profissional exigida para a SUBMODALIDADE B é mais ampla que a requisitada para a SUBMODALIDADE A, comprovados os 3 anos de experiência na forma constante do subitem 3.3.6, suprida estaria a exigência do item 3.3.5? Ou o advogado, para também se credenciar na SUBMODALIDADE A, deve comprovar a distribuição de ações distintas das empregadas para efeito de credenciamento na SUBMODALIDADE B?
- b) Para credenciamento na MODALIDADE 1 a experiência deve ser comprovada por meio de acompanhamento de 5 ações a cada ano; já para a MODALIDADE 2, o Edital fala em distribuição de 5 ações a cada período de um ano. Considerando que, muitas vezes, o Banco figura como réu em ditas ações, podem ser consideradas ações ajuizadas por terceiros, em que o advogado atuou na defesa de instituições financeiras?

## **Resposta 6**

Inicialmente devemos ressaltar que foi publicada uma errata alterando a redação dos itens 3.3.5, 3.3.6 e 3.3.7 que está disponível no site do BANDES.

A Comissão Especial de Licitação analisou os questionamentos formulados, e passamos a responder, na ordem proposta:

- 1) Uma mesma ação não pode ser utilizada para comprovar o acompanhamento em mais de um ano; a sociedade deve comprovar o acompanhamento de 5 ações distintas para cada ano de experiência profissional.

- 2) a) Sim, desde que o escritório faça opção pelas submodalidades A e B no Anexo I; não há necessidade de comprovação de ações distintas;
- b) Cremos que a errata publicada pode elucidar a dúvida, pois lá se admite o envio da peça de defesa. Podem ser consideradas as ações contrárias em que a sociedade tenha patrocinado a defesa de instituições financeiras, mas cumpre esclarecer que nesses casos será considerado como ano comprovado o a da distribuição da ação, e não a data do protocolo da peça de defesa.

### **Questionamento 7**

O edital não fala em área de atuação do escritório credenciado, sendo que questionamos se a atuação poderá ocorrer em qualquer Comarca do Estado do Espírito Santo tanto para as ações de recuperação de crédito em que o BANDES for autor e naquelas em que o BANDES for requerido?

Na hipótese de credenciamento de nosso escritório que situa-se em Cachoeiro de Itapemirim, ES, o envio de documentos, ações e correspondências poderá ser feito via malote através da(s) agência(s) do BANDES em Cachoeiro de Itapemirim?

Ações de recuperação de crédito cujos domicílios dos requeridos são em cidades do sul do Estado do Espírito Santo poderão ser ajuizadas nas referidas cidades e não na capital, haja vista que o item 2.4 do edital fala apenas em ajuizamento preferencial na Comarca de Vitória?

### **Resposta 7**

Sim, a atuação poderá ocorrer em qualquer Comarca do Espírito Santo e mesmo fora do Estado, inclusive com acompanhamento perante os Tribunais Superiores.

O BANDES não possui agência em Cachoeiro de Itapemirim. A sede do BANDES situa-se em Vitória e a retirada dos documentos deve ser realizada pessoalmente, com assinatura do recibo correspondente, considerando que os títulos executivos originais são entregues aos escritórios.

As disposições aplicáveis aos contratos do BANDES preveem como foro de eleição o juízo de Vitória. Além disso, a sede do BANDES localiza-se em Vitória e o ajuizamento na Capital facilita a fiscalização interna do andamento dos processos. Desta forma, as ações não poderão ser ajuizadas nos domicílios dos requeridos em cidades do Sul.

Vitória, 31 de julho de 2014

Comissão Especial de Licitação - BANDES